

Acta Número Cinco

Aos vinte e nove dias do mês de Setembro de dois mil e catorze, na sede da Junta de Freguesia de Bidoeira de Cima, sita na Rua do Comércio em Bidoeira de Cima, reuniu em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia de Bidoeira de Cima. Estiveram presentes os Senhores Deputados Pedro Manuel Mateus Ribeiro de Campos, Luís Carreira Moreira, Abel de Oliveira Vieira, Jorge Ferreira Carreira, Fernando Filipe Oliveira Domingues, Carla Elisa Caetano e Rui Manuel Passadouro da Fonseca.

Por parte da Junta de Freguesia, estiveram presentes o Sr. Presidente Jorge Manuel Vieira Crespo, o Sr. Secretário Jorge Adelino de Jesus Duro e a Sra. Tesoureira Célia Maria Agostinho.

A sessão foi presidida pelo Sr. Dr. Pedro Manuel Mateus Ribeiro de Campos, Presidente da Assembleia de Freguesia e secretariada pelo Senhor Deputado Luís Carreira Moreira.

Havendo quórum, o Sr. Presidente declarou aberta a sessão, eram vinte e uma horas e trinta minutos com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1. – Relatórios Financeiros e de Actividades da Junta de Freguesia.
Apresentação e apreciação.

Ponto 2. – Contrato de Comodato a celebrar entre o Município de Leiria e a Freguesia de Bidoeira de Cima, relativo ao edifício destinado à instalação da Junta de Freguesia, Centro de Saúde e outros.
Apresentação, discussão e votação.

Ponto 3. – Proposta de alteração do regimento da Assembleia de Freguesia.
Apresentação, discussão e votação.

Ponto 4. – Outros assuntos de interesse para a Freguesia.

O Senhor Presidente, antes de entrar na ordem de trabalhos, explicou aos deputados presentes que a declaração de voto entregue pela bancada do PSD, que é parte integrante da acta da última assembleia, não foi enviada no e-mail com a restante documentação, pelo que foi entregue em mão antes de iniciar a presente sessão. Alertou ainda, pedindo desculpa, para o facto da convocatória ter dois pontos de

discussão com o número três, pelo que pediu para alterarem o último ponto para número quatro.

De seguida deu a conhecer uma carta da Senhora Deputada Mónica Agostinho dirigida ao presidente da Assembleia, em que renuncia ao mandato de Deputada da Assembleia de Freguesia por motivos profissionais, que a obrigam a ausência prolongada do país. Assim e como obriga a lei, a Deputada Mónica Agostinho foi substituída pelo elemento imediatamente a seguir na lista apresentada pelo PS, Aldino de Jesus Anselmo, que tomou posse fazendo o respectivo juramento.

Composta a assembleia, o presidente colocou à votação a acta da última assembleia, tendo pedido a palavra o deputado Jorge Carreira para solicitar a correcção do nome do Senhor Álvaro Carreira Moreira para Álvaro Pereira dos Moinhos Carreira.

Também o deputado Rui Passadouro pediu a palavra para solicitar uma correcção na página dez, onde consta que o presidente da Junta solicitou ajuda ao Deputado Rui Passadouro para as normas de funcionamento do Centro de Saúde e que não houve resposta. Afirmando não ser verdade, o Dr. Rui Passadouro informou que foram tomadas medidas que não podem ser relatadas devido ao sigilo profissional.

Feitas as alterações a acta foi aprovada por unanimidade.

Ainda no período antes da ordem do dia, o deputado Abel Vieira sugeriu duas votações: um voto de agradecimento à deputada Mónica Agostinho pelas funções exercidas enquanto membro da Assembleia de freguesia e um voto de louvor à CASBI pela recente inauguração da sua creche.

As duas sugestões foram aprovadas por unanimidade.

Assim, não havendo mais assuntos, passou-se ao **ponto um** da ordem de trabalhos: Relatórios Financeiro e de Actividades da Junta de Freguesia, apresentação e apreciação.

O Presidente da Junta começou por saudar o Sr. Aldino Anselmo enquanto novo membro da Assembleia de Freguesia, frisando que, sendo ele morador nos Casais da Bidoeira, será provavelmente a primeira vez que este lugar está representado neste órgão.

Relativamente ao relatório financeiro o presidente da junta referiu a sua satisfação pelos resultados apresentados. A situação financeira, afirmou, permitirá o fôlego necessário para fazer a atribuição dos apoios financeiros às colectividades da freguesia durante o mês de Outubro próximo, além de permitir também alocar algumas verbas à preparação das pavimentações decorrentes da obra de saneamento, que se preveem para o final do mês de Outubro. Essa preparação, referiu, tem a ver com a drenagem de águas pluviais em algumas ruas, sendo que esse trabalho deverá ser efectuado antes da aplicação de betuminoso, evitando cortes nas ruas intervencionadas.

Quanto ao relatório de actividades foi dito pelo presidente da junta que no relatório enviado, por lapso, não foi referida uma reunião com as colectividades da freguesia no mês de Julho e que em termos de actividade do executivo, foi essencialmente um período de muita presença junto das obras de saneamento em curso e nas obras da estrada municipal 1038. Por fim, referindo que as restantes actividades estão no relatório enviado para a assembleia, o Presidente da Junta mostrou-se disponível para questões e dúvidas dos deputados.

Tomou a palavra o deputado Jorge Carreira que questionou o presidente sobre o número de autocarros que foram ao passeio da terceira idade da freguesia e respectivo custo total.

Ainda com a palavra o deputado Jorge Carreira manifestou interesse em consultar o caderno de encargos da obra da estrada 1038, por não ver grandes diferenças entre o projecto em execução e o projecto que existia em 2009.

O presidente da junta referiu que o passeio da terceira idade contou com quatro autocarros e custou mil quinhentos e vinte euros. Quanto à 1038, referiu que no ano de dois mil e nove foi feito um primeiro projecto para a intervenção nesta via que estava já em fase de adjudicação e que, após as eleições desse ano, a Câmara Municipal de Leiria e a Junta de Freguesia de Bidoeira de Cima analisaram o referido projecto e decidiram não avançar com a obra porque consideraram que não era um projecto satisfatório, dado que apenas estava previsto a drenagem de barros e colocação de novo tapete betuminoso. A concordância da Junta de Freguesia teve como imposição a colocação de um novo tapete betuminoso, que apesar de provisório, minimizasse os prejuízos e incómodos a todos os que transitavam naquela estrada. Iniciou-se depois novo projecto, o que está agora em execução, que tem a tipologia semelhante ao que foi executado no concelho de Pombal e que, além da drenagem de barros e colocação de tapete, pressupõe também drenagem de águas pluviais, passeios em zonas habitacionais e valetas espraçadas em zonas não habitacionais. Acrescentou ainda que, apesar de não estar incluído no projecto, foi garantida por parte da Câmara Municipal a construção da rede de saneamento básico na zona dos Casais da Bidoeira.

O presidente da Junta não mostrou qualquer arrependimento relativamente à anulação do anterior projecto, mesmo tendo sido bastante criticado pela oposição à data do acontecimento, uma vez que este projecto, que ficou pouco mais caro que o anterior, é muito mais satisfatório.

Relativamente à questão colocada pelo Sr. Deputado Jorge Carreira sobre o caderno de encargos, referiu ser um documento público pelo que pode ser consultado por qualquer pessoa. Referiu ainda estar a acompanhar de perto esta obra pelo que já teve oportunidade de solicitar algumas correcções que o executivo achou interessantes fazer, nomeadamente ao nível do escoamento das águas pluviais nos Casais da Bidoeira e a colocação de passeios do lado esquerdo na estrada da Bidoeira para o Barracão, logo a seguir à Litoprel, uma vez que não estão previstos, facto que considerou não ser aceitável dado o fluxo de peregrinos naquela via.

Esclareceu ainda que, pelo facto de ser financiada por fundos europeus, esta obra será altamente fiscalizada, pelo que tudo o que são obras a mais, ou seja, que não estejam no projecto, será muito difícil de serem implementadas. No entanto a Junta de Freguesia espera que possa haver poupanças em alguns aspectos para dar para executar o que consideram necessário e que não está no projecto. Deu como exemplo que no projecto aparecem 50% de drenagem de barros e isso não é real, é muito menos, pelo que haverá uma margem financeira que poderá ser aplicada noutras partes que pareçam mais interessantes.

Acrescentou ainda que haverá necessidade de demolição de alguns muros para construção de passeios e valetas espraçadas, os muros demolidos serão reconstruídos com a mesma tipologia.

Relativamente à zona do café Volta, a Junta de Freguesia solicitou também uma alteração ao projecto dado que não está prevista a demolição do muro que liga o café ao parque de estacionamento existente nas traseiras e dado que é o parque de estacionamento do café, não faz sentido não ter passeio de acesso.

Considerou ainda que o caderno de encargos é bastante técnico e como tal vai sendo analisado conforme vão decorrendo as obras, considera difícil de avaliar no papel e como tal prefere avaliar no terreno, percebendo o que está previsto por troço e fazendo a avaliação caso a caso.

Mostrou disponibilidade ainda para acompanhar os deputados interessados numa reunião com o director da obra, que é a pessoa indicada para dar todas as explicações.

O deputado Jorge Carreira tomou novamente a palavra alegando não perceber como é que se o projecto anterior tinha tanto erro, este só está a ser avaliado no decorrer da obra. Continuou ainda por dizer que se o outro projecto não tinha previsto saneamento básico na zona dos Casais da Bidoeira e este também não tem, não vê diferença entre os projectos, uma vez que o anterior projecto foi anulado por não contemplar saneamento e este afinal também não contempla.

Ao que o Presidente da Junta voltou a responder que apesar do saneamento básico não estar contemplado no projecto actual, foi-lhe garantido que a obra de saneamento básico vai ser feita. Informou ainda que inicialmente estava previsto ser construído ao longo da estrada 1038 em conjunto com a Câmara Municipal de Pombal. No entanto face ao recuo da Câmara Municipal de Pombal, a Câmara de Leiria decidiu avançar com o saneamento na berma do lado do concelho de Leiria. Acrescentou que o projecto de há quatro anos atrás apenas previa drenagem de barros e aplicação de betuminoso por um valor de 1.300.000€, o projecto actual prevê, além dessas duas intervenções, a demolição e reconstrução de muros, construção de passeios e valetas espraçadas pelo valor de 1.400.000€.

Perante esta explicação, o deputado Jorge Carreira questionou o Senhor presidente da Junta se tinha alertado quem de direito para a questão por ele colocada, relativamente ao atravessamento do IC2.

O presidente da junta explicou que a estrada 1038 começa no cruzamento dos semáforos do Barracão, que é na freguesia das Colmeias, e vai até à Guia, e que o projecto actual não prevê qualquer intervenção no IC2.

Interviu também o Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia que chamou a atenção para o facto das intervenções no IC2 não serem da competência da Câmara Municipal e sim das Estradas de Portugal.

Não havendo mais assuntos a debater em relação ao ponto um, passou-se ao **ponto dois** da ordem de trabalhos: Contrato de Comodato a celebrar entre o Município de Leiria e a Freguesia de Bidoeira de Cima, relativo ao edifício destinado à instalação da Junta de Freguesia, Centro de Saúde e outros. Apresentação, discussão e votação.

O Presidente da Junta começou por explicar que este procedimento decorre da lei e só foi feito agora porque as anteriores Câmaras Municipais nunca se preocuparam em registar os edifícios. Referiu ainda que este é um procedimento comum, uma vez que sendo as Juntas de Freguesia os utilizadores dos edifícios, é necessário proceder a estes contratos de cedência em regime de comodato, ficando a cargo das freguesias as despesas correntes de água, luz, de manutenção do edifício e pequenas reparações.

Pediu a palavra o deputado Abel Vieira que pediu um esclarecimento ao presidente da junta acerca da cláusula sétima, relativamente aos danos que o edifício porventura possa sofrer, e questionou se está previsto algum seguro para acautelar esta cláusula.

Em resposta o presidente da junta concordou que o ideal seria fazer um seguro e acrescentou achar estranho que não houvesse nenhuma cláusula no contrato de comodato com essa obrigatoriedade, tal como aconteceu com o contrato de comodato apresentado para a Casa da Cova.

De seguida o deputado Rui Passadouro perguntou se a Junta de Freguesia não pode ser a proprietária do edifício.

O presidente da Junta explicou que só após a constituição da freguesia, a Câmara Municipal comprou o terreno e construiu o edifício, por isso a Junta de Freguesia só poderá ser proprietária do edifício se o comprar à Câmara Municipal de Leiria. Acrescentou ainda não ver qualquer vantagem em ser propriedade da Junta de Freguesia, uma vez que é utilizado de forma gratuita e inclusivamente se houver necessidade de grandes obras, terá de ser a Câmara Municipal a suportar os custos.

O deputado Rui Passadouro perguntou também, uma vez que não está no documento do contrato de comodato, a área total do terreno.

Ao que o presidente da Junta explicou que é o espaço desde a Rua do Comércio até, provavelmente, metade da área do estacionamento que se encontra na parte de trás do edifício, porque existe outro número, que também pertence à Câmara Municipal, que engloba o Jardim de Infância.

Pediu a palavra a deputada Carla Silva que questionou o porquê de terem separado os dois números, já que pela análise que fez entendeu que houve um destaque em 2013, questionou o porquê do ónus de não fraccionamento de 10 anos que iniciou em 2013, mostrando ainda interesse em ter acesso a toda a documentação legal.

O Presidente reconheceu não ter conhecimento se realmente o número do Jardim-de-infância é outro, mas que todos os edifícios escolares são pertença da Câmara Municipal. Transmitiu que irá solicitar a documentação à Câmara e que a enviará a todos os senhores deputados.

A Deputada Carla Silva discordou ainda da cedência por um período de dez anos renovável de ano a ano, alegando que passado esse tempo a Câmara Municipal poderá achar por bem dar outra utilidade ao edifício. Assim, sugeriu que deveria haver uma salvaguarda a que este edifício ficasse afecto a algo de interesse local, uma vez que qualquer uma das partes pode revogar o contrato.

O Presidente da Junta afirmou não lhe parecer que alguma das partes revogue este contrato, dado o fim a que se destina.

Tomou a palavra o deputado Filipe Domingues referindo que a razão das suas dúvidas é o facto de o documento não ser nada explícito e após análise não conseguir perceber o que está a ser proposto ser cedido em concreto. A questão principal prende-se com o que foi destacado e de onde foi destacado, uma vez que só sabe o número do artigo predial, alegando não compreender o que está subentendido em artigos, uma vez que não lhe foi facultada junto com a documentação a caderneta predial. Não colocou em causa a cedência, mas concordou que deveria ser salvaguardado que o edifício terá de ficar sempre para benefício da freguesia.

De seguida o deputado Jorge Carreira sugeriu que toda a documentação fosse enviada e que este ponto fosse votado na próxima assembleia, uma vez que considera deverem ter acesso a toda a documentação para saberem o que estão exactamente a votar, ou então a câmara decide e não é preciso aprovação da assembleia.

Após ter sido dada a palavra ao deputado Luís Moreira, referiu que não vê necessidade de passar este ponto para a próxima assembleia dado que os documentos foram enviados com antecedência e que se surgiram dúvidas deviam ter sido tiradas antes desta assembleia.

Relativamente à cedência por dez anos, o presidente da Assembleia de Freguesia achou que era um prazo razoável, considera que o edifício já não é novo e como tal se precisar de intervenções de fundo, as mesmas serão da responsabilidade da Câmara Municipal.

Face às dúvidas expressas pelos deputados do PSD relativamente à documentação apresentada, afirmando que omite confrontações, área e destacamentos, o presidente da Junta de Freguesia retirou o ponto da Ordem de Trabalhos, comprometendo-se a

solicitar à Câmara Municipal toda a documentação necessária para este ponto poder ser votado na próxima assembleia.

Assim passou-se à discussão do **ponto 3** – Proposta de alteração do regimento da Assembleia de Freguesia. Apresentação, discussão e votação.

Relativamente a este ponto o presidente da Assembleia de Freguesia começou por explicar que esta proposta de regimento foi elaborada quase exclusivamente pelo deputado Abel Vieira uma vez que a comissão proposta para a elaboração do mesmo não funcionou, no entanto foi enviado pelo deputado Filipe Domingues um e-mail com algumas sugestões para o mesmo documento.

Tomou a palavra o deputado Filipe Domingues que explicou que as alterações por ele propostas são questões de bom senso, e que se as mesmas forem consideradas no presente regulamento, o ponto será votado favoravelmente.

Seguidamente tomou a palavra o deputado Abel Vieira que elucidou os presentes que o regimento que foi enviado junto com a documentação para esta assembleia, é a mesma proposta inicial sendo que lhe acrescentou algumas alíneas que considerou importantes, dado que não conhece nenhuma proposta de regimento por parte da bancada do PSD.

Foi-lhe questionado se todas as alíneas propostas pelo deputado Filipe Domingues estão constantes no presente documento, ao que o deputado Abel referiu que aproveitou as que considerou importantes, mas não consegue precisar exactamente quais.

Após breve análise do regimento apresentado, o mesmo foi aprovado com uma abstenção.

O presidente da Assembleia de Freguesia passou para o **ponto quatro** da ordem de trabalhos: Outros assuntos de interesse para a Freguesia.

O presidente pediu aos senhores deputados que se inscrevessem para este último ponto, nesse sentido inscreveu-se a deputada Carla Silva que perguntou ao presidente da Junta qual a previsão para a repavimentação das ruas intervencionadas pela obra do saneamento básico.

O presidente da Junta começou por afirmar reconhecer que esta obra causa bastantes incómodos à população, tanto no decorrer da obra como depois, uma vez que é preciso esperar algum tempo para a necessária compactação das valas e enquanto isso não acontece, quando não chove, há muito pó e quando chove há muitos buracos. Acrescentou que na sua maioria as ruas vão ser asfaltadas em toda a largura, com excepção das ruas principais que tinham melhor piso e serão objecto de refechamento de vala. Referiu que está prevista uma nova fase de pavimentação para o final de Outubro e que vão ser pavimentadas todas as ruas que foram intervencionadas durante os meses de Abril e Maio.

A deputada Carla Silva perguntou também se relativamente à Rua Principal também vai ser necessário esperar tanto tempo, ao que o Presidente da Junta explicou que essa rua não vai necessitar de tanto tempo, dado que só vai ser asfaltada a vala, e se abater volta-se a repor, não é tão grave como quando é para alcatroar a totalidade da rua.

Tomou a palavra o deputado Luís Moreira que começou por referir que a compactação da terra das obras do saneamento não está a ser feita como deveria, uma vez que existem máquinas para o fazer e isso na Freguesia da Bidoeira não está a acontecer. Alertou ainda para o facto de não existir qualquer tipo de fiscalização à obra do saneamento uma vez que ele próprio detectou alguns erros que terão consequências no futuro.

O Presidente da Junta reconheceu que, de facto, quem deveria fiscalizar não o está a fazer, referindo ser uma competência dos SMAS.

O deputado Abel Vieira também pediu a palavra para pedir que o executivo da Junta de Freguesia lhe esclarecesse algumas dúvidas relativamente ao saneamento básico, já que assistiu a uma sessão de esclarecimento no Centro Cultural de Bidoeira de Baixo e Carriço, onde ouviu que iriam arriscar fazer as pavimentações em Outubro. A palavra arriscar, no seu modo de ver, não lhe caiu bem porque considera que seria melhor esperar mais tempo para que a compactação das terras fosse feita como deve ser e, depois sim, alcatroar. Arriscar não lhe parece ser a melhor atitude neste tipo de obras dado que se a compactação não for bem feita daqui a poucos anos o alcatrão vai abater.

Também chamou a atenção do Presidente da Junta para o facto do parque de merendas da Texugueira não ter nenhuma direcção ou comissão, estando neste momento bastante degradado e sem possível utilização. Disse ainda que há pouco tempo viu pessoas a seguir as placas do parque de merendas com a intenção de aí fazer um piquenique. Sugeriu por isso ao presidente da junta que fossem retiradas as referidas placas indicativas para evitar este tipo de situações.

Ainda no uso da palavra, o Deputado Abel Vieira referiu que, sendo membro da direcção do Centro Cultural de Bidoeira de Baixo e Carriço, queria referir que o centro tem nova direcção, está a funcionar, que em termos financeiros sobrevive e até se pode considerar que estamos a entrar na época alta. Continuando a sua explanação sobre a situação do centro cultural, o Deputado Abel Vieira referiu que esta direcção se deparou com um problema de nível legal, com algo inesperado que aconteceu, mas no entanto pensa que a solução desse problema poderá estar numa pessoa que se encontra na sala e apesar de poder não ser assunto para ser tratado nesta assembleia, considera importante esta abordagem, até porque foi bandeira de campanha eleitoral.

Seguidamente e como estava inscrito para pedir esclarecimentos, o Deputado Jorge Carreira respondeu à ultima consideração do Deputado Abel Vieira, esclarecendo que já tem uma reunião marcada com o actual presidente do Centro Cultural, que os problemas vão ser resolvidos onde têm de ser resolvidos. Convidou ainda o deputado

Abel Vieira para estar presente nessa reunião para lhe explicar exactamente o que se passou, para que na próxima assembleia se possa falar novamente neste assunto.

Continuando com a palavra, o Deputado Jorge Carreira lembrou que na última Assembleia de Freguesia o presidente da Junta falou nas tascas das comissões de festa e as consequências destas nos cafés que se encontram legais, pelo que questionou se a tasca da Junta de Freguesia, que se encontra no parque de merendas de Bidoeira de Cima, está legal, se existe algum contrato com as pessoas que estão a explorar a tasca e se sim quais as condições em que foi feito.

Na resposta, o presidente da Junta concordou com o deputado Abel Vieira quanto à necessidade de esperar por uma correcta compactação dos solos antes de asfaltar e também com a necessidade de retirar as placas indicativas do Parque de Merendas da Texugueira. Afirmou já ter ponderado isso mas alertou para a possibilidade de, eventualmente, tal facto poder ferir susceptibilidades, pelo que continua à espera que a direcção do parque continue as obras de requalificação.

Quanto às questões levantadas pelo deputado Jorge Carreira informou que aquando do início da construção dos sanitários foi feita uma reunião com todas as colectividades para saber se alguma estava interessada em explorar a tasca, já que o Rancho Folclórico, que até então explorava o espaço, informou que não estava interessado em continuar. Passado o prazo definido e na ausência de respostas positivas passou-se à segunda fase, ou seja, abrir a exploração da tasca à iniciativa privada. Fez-se um aviso à população, houve reuniões com os interessados onde se explicaram todas as condições e marcou-se nova reunião onde ficaram definidas as condições necessárias para a concessão da exploração do bar. Uma das condições de cedência da tasca foi que as pessoas estivessem devidamente legalizadas, sendo que logo aí alguns dos presentes na reunião mostraram o seu desinteresse e já nem apresentaram proposta. As restantes propostas foram abertas e lidas em frente de todos e optou-se pela que oferecia melhores condições à Junta de Freguesia, sendo que cumpre os requisitos impostos quanto à legalização. Continuou informando que neste momento a obra não está terminada, ainda falta a parte do bar e uma das condições era que o concessionário teria de assegurar uma parte significativa dos custos das obras de construção do bar e a partir daí cumprir com o que ficou estipulado na reunião, nomeadamente o pagamento de água, luz, manter o parque e a tasca em funcionamento durante toda a semana à excepção do Domingo. Ficou também acordado que em caso de solicitação por parte de uma colectividade para um evento, terão de emprestar o espaço.

Pedi a palavra o deputado Rui Passadouro que questionou o Presidente da Junta se há alguma licença para a tasca funcionar, dado que o facto de quem está a explorar estar colectado não é o suficiente para estar legal.

Interveio o Presidente da Assembleia que respondeu ao deputado Rui Passadouro que todas essas questões, nomeadamente a licença de utilização é da responsabilidade da pessoa que está a explorar o espaço.

Relativamente a este assunto o Presidente da Junta acrescentou que a pessoa que está a explorar a tasca só pode pedir a licença quando a obra estiver terminada, o que ainda não aconteceu, existe apenas a estrutura da tasca em madeira e os sanitários, mas as obras da tasca propriamente dita ainda não estão feitas, pelo que não poderá ser obtida qualquer licença de utilização.

O deputado Jorge Carreira voltou a pedir a palavra dado que não ficou esclarecido, questionou se existe contrato e se sim por quantos anos, questionou ainda se existe algum regulamento para o parque.

A estas questões o Presidente da Junta disse não estar em condições para responder de momento, mas que fará chegar toda a documentação aos senhores deputados. Continuou lamentando a postura da oposição com constantes críticas e nenhuma propostas para ajudar a Junta de Freguesia, recordando que durante a campanha eleitoral foi dito que os sanitários ficariam prontos num mês e iriam providenciar o atendimento ao público no rés-do-chão do edifício da Junta de Freguesia. Ora, afirmou, sabe-se agora que a solução “milagrosa” para os sanitários passava por instalar um pré-fabricado e quanto ao atendimento no rés-do-chão ainda estava à espera de saber qual a solução, porque considera uma ótima ideia que teria todo o gosto em colocar em prática.

O deputado Jorge Carreira alegou que o presidente da Junta se estava a exaltar e que se estava a desviar do assunto, uma vez que a questão colocada foi sobre a legalidade da tasca do parque de merendas. Seguidamente, uma vez que estava a usar da palavra, o deputado Jorge Carreira afirmou que, já que na última Assembleia Municipal o presidente da Junta fez uma intervenção onde referiu que os madeireiros após o corte das árvores deixavam os caminhos com bastante lixo e por vezes intransitáveis, deveria providenciar para que os caminhos florestais fossem limpos, notando que no verão passado, felizmente, não houve incêndios mas não se apercebeu que este executivo se tenha preocupado com essa situação.

Ainda com a palavra o deputado Jorge Carreira alertou o executivo da Junta de Freguesia para a falta de sinalização na altura das festas da Bidoeira, em que o trânsito tem de ser desviado e, se os residentes conhecem a maioria das ruas e sabe onde vão dar, as pessoas de fora andam por aí perdidas.

Propôs ainda ao executivo que colocasse umas manilhas para suportar a terra que foi colocada no caminho junto ao campo de futebol do GDRB, porque se chover a terra vai toda ter à Mata da Bidoeira e o caminho fica novamente intransitável.

Sugeriu ainda que o presidente da Junta falasse com os presidentes das Juntas vizinhas que fosse colocado na agenda do quadro comunitário 2020, uma saída do nó da auto-estrada no Barracão, no sentido de melhorar os acessos, afirmando que seria muito bom para a região.

Terminou dizendo que umas das preocupações dos deputados do PSD desta assembleia, é trazer sugestões sempre com a esperança que não caíam em “saco

roto”, continuou dizendo que é nas assembleias que os assuntos têm de ser discutidos e que ninguém tem que ficar melindrado, não considera que sejam assuntos de campanha eleitoral, mas de mais-valias para a freguesia, afirmando a necessidade de respeitar todas as opiniões, críticas e sugestões.

O presidente da Junta na resposta afirmou que, finalmente, ouviu propostas que fazem sentido, nomeadamente no que respeita à necessidade de sinalização na altura da festa da Bidoeira, afirmando que ele próprio verificou que há muito a fazer em relação a isso. Relativamente à situação do caminho do campo de futebol referiu que já está agendado o desvio das águas pluviais para junto do murete que ladeia o campo pelado para evitar a derrocada das terras.

Tomou nota da questão da saída do nó da auto-estrada no Barracão, e relativamente à questão dos madeireiros e à limpeza dos caminhos florestais, afirmou que foram arrançados alguns, nomeadamente o que vai do Vale Miguel à CASBI, mas com o inverno e a utilização sem regras dos madeireiros ficaram intransitáveis. Deu nota também que já está alcatroado o caminho que liga a Texugueira à Mata dos Milagres e no dia seguinte ao alcatroamento um madeireiro perfurou o alcatrão com a sapata do camião. Ainda relativamente aos caminhos florestais alertou, tal como fez na Assembleia Municipal, para a questão da necessidade de regular o licenciamento de plantações e a forma como são feitas as cavações de terrenos, porque muitas vezes não cumprem com os afastamentos, as terras esbarram para os caminhos e basta chover para tornar os caminhos intransitáveis.

Não havendo mais inscrições, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, sendo esta acta elaborada de acordo com os presentes e assinada pelos Srs. Presidente e os Srs Secretários da Assembleia de Freguesia.

Presidente:

1º Secretário:

2º Secretário: